

CADERNO DE TESE

A EDUCAÇÃO
NO CENTRO
XXV DO PROJETO
CONGRESSO DE NAÇÃO
ESTADUAL
SINTEP-PB
25, 26 E 27 DE AGOSTO
JOÃO PESSOA/PB



Rua Professor José Coelho, 61 - Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58013-040
Contato: (83) 3241-2381 - sintep83@gmail.com



_sintep83.com.br



PROGRAMAÇÃO

25/08 (Quinta-feira)

• 08:30 às 09:30

Credenciamento – Secretaria de Organização
Coordenação: Paulo Tavares e Geuiza França.

• 09:30 às 11:00

Abertura do Congresso

Coordenação: Antonio Arruda e convidados/as - CNTE, CUT, Movimento Estudantil.

• 11:00 às 12:00

Leitura e Aprovação do Regimento Interno

Coordenação: Paulo Tavares e Antonio Arruda.

• ALMOÇO

• 14:00 às 16:00

Exposição e Debate do Tema Geral: A Educação no Centro do Projeto de Nação

Expositora: Girlene Lázaro da Silva - SINTEAL e CNTE.
Coordenação: Antonio Arruda e Paulo Tavares.

• 16:00 às 18:00

“A luta dos/as Profissionais em Educação Aposentados/as/es é Contínua.”

Expositor: Sérgio Antonio Kumpfer – CNTE.
Coordenação: Keila e Fátima Morais.

• JANTAR

• 19:00 às 21:00

Política Educacional Uma Análise sobre a Política de Educação na Paraíba: Desafios a Educação Pública de Qualidade, Direitos e Carreira Docente.

Expositora: Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia da Silva Rodrigues, CE – UFPB.

Coordenação: Felipe Baunilha e Vânia Mendes.

26/08 (Sexta-feira)

• 08:30 às 10:00

Teses: Exposição e Debate

Coordenação: Leônia Gomes e Paulo Tavares.

• 10:00 às 12:00

Política de inclusão: Diversidade e Etnia na Educação

Roda de Diálogo: Parlamento, UFCG e SINTEP.

Coordenação: Soraya Cordeiro e Laurecy Penafforte.

• ALMOÇO

• 14:30 às 17:30

Debate com os Candidatos a Governador do Estado da Paraíba

Coordenação: Antonio Arruda.

• JANTAR

• Confraternização

Coordenação: Carlos Belarmino e Fernanda

27/08 (Sábado)

• 08:30 as 12:00 - Plenária Final

- Reformulação do Estatuto;
- Eleição do Conselho Fiscal;
- Moções;
- Encerramento.

Coordenação: Antonio Arruda e Paulo Tavares.

CONSELHO DIRETOR

SECRETARIAS

1. Secretaria de Organização

Diretora: Geuiza Maria Galdino
Diretor: Paulo Tavares
Suplente: Ana Zélia

2. Secretaria de Administração

Diretor: Antonio Arruda
Diretor: Edvaldo Faustino
Suplente: Gilberto Cruz

3. Secretaria de Formação

Diretora: Leônia Gomes
Diretora: Maria da Guia
Suplente: Judith (Itabaiana)

4. Secretaria Sindical

Diretor: Brito (José Lins do Rego)
Diretor: Paulo Xavier
Suplente: Lúcia Carneiro

5. Secretaria para Assuntos Educacionais, Sociais e Culturais

Diretora: Rosemary (Patos)
Diretora: Nadja (Sapé)
Suplente: Magna (Campina Grande)

6. Secretaria de Relações de Gênero e Etnia

Diretora: Laurecy Penaforte (Cajazeiras)
Diretora: Soraya Cordeiro
Suplente: Maria José (Zezé de Santa Rita)

7. Secretaria de Comunicação

Diretor: Olegário Vieira (Liceu)
Diretor: Saturno (Santa Luzia)
Suplente: Brasileiro (Liceu)

8. Secretaria de Finanças

Diretor: Ronaldo Cruz
Diretor: Carlos Belarmino
Suplente: Álvaro Mamede (Cajazeiras)

9. Secretaria dos Aposentados

Diretora: Fátima Morais
Diretora: Keila Pimentel
Suplente: Zenito

10. Secretaria de Funcionário Escolar

Diretor: Genildo Brasil
Diretor: José Martins (Dedé)
Suplente: Gláucia Maria (EEPUL)

11. Secretaria de Gestão Escolar e Especialista em Educação

Diretora: Arany Monteiro
Diretor: Miguel Alves (Sapé)
Suplente: Cristina (Papa Paulo VI)

12. Secretaria da Juventude

Diretor: Felipe Baunilha
Diretora: Maria Vânia
Suplente: Fernanda França

DIREÇÕES REGIONAIS

1ª Regional – João Pessoa

Diretor Regional: Professor Mendes
Suplente: Marlene Lira

2ª Regional – Guarabira

Diretora Regional: Lúcia Ângela
Suplente: Wilson Massau

3ª Regional – Campina Grande

Diretora Regional: Socorro Ramalho
Suplente: Eros Vesalio

4ª Regional – Cuité

Diretor Regional: Carlos Medeiros
Suplente: Cícera Isabel

5ª Regional – Monteiro

Diretora Regional: Paula Frassinete
Suplente: Eliverson Oliveira

6ª Regional – Patos

Diretora Regional: Verialúcia de Lacerda
Suplente: Geane Alves Fernandes

7ª Regional – Itaporanga

Diretora Regional: Ana Paula
Suplente: Valdirismar (Neném)

8ª Regional – Catolé do Rocha

Diretor Regional: Ednaldo (Potoia)
Suplente: Diassis

9ª Regional – Cajazeiras

Diretora Regional: Elizabeth (Betinha)
Suplente: Clarindo Rolim

10ª Regional – Sousa

Diretora Regional: Fátima Rodrigues
Suplente: Jaci Gomes

11ª Regional – Princesa Isabel

Diretora Regional: Leoneide
Suplente: Maria Messias

12ª Regional – Itabaiana

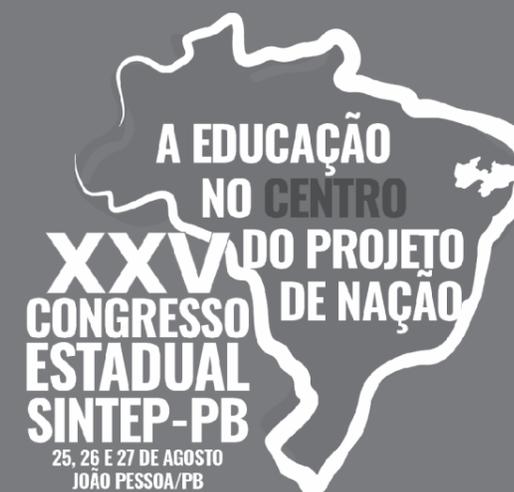
Diretora Regional: Rejane de Lourdes
Suplente: Antonio Albuquerque (Toinho)

13ª Regional – Pombal

Diretor Regional: Fernando Araújo
Suplente: Lúcio Bezerra Caetano

14ª Regional – Mamanguape

Diretora Regional: Ana Farias
Suplente: Maria das Graças (Gracinha)



**Compartilhe sua participação no
XXV Congresso Estadual do SINTEP-PB
com a hashtag:
#EducaçãoPúblicaEuApoio**



XXV
CONGRESSO
ESTADUAL
SINTEP-PB

25, 26 E 27 DE AGOSTO
JOÃO PESSOA/PB

SINTEP (CtE CUT)

8 – DINAMIZAR OS TRABALHOS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO SINTEP

O avanço da tecnologia nos permitiu encurtar distância com o uso das ferramentas de videoconferência. Durante a pandemia essa ferramenta foi fundamental para nossa luta se manter articulada. Pensando nisso, e na economia de tempo e recursos do nosso sindicato, propomos uma alteração no art 39, estabelecendo que as reuniões da executiva continuarão acontecendo a cada 15 dias, mas estabelecendo uma proposta de 1 reunião presencial para 3 reuniões virtuais. Dessa maneira, a executiva dará respostas rápidas à conjuntura de maneira mais econômica.

9 – CONSELHO POLÍTICO DEVE SER A FORÇA VIVA DO SINTEP NAS ESCOLAS

A representação por local de trabalho foi uma importante vitória dos sindicatos cutistas desde a década de 1980. É ela que cotidianamente está acompanhando os trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho. Portanto, para que nossas lutas tenham cada vez mais capilaridade nas escolas, propomos uma alteração no art 45, mudando a forma de constituição do conselho político, que passa a ser um conselho de representantes por escola. Cada escola elege um representante para participar do conselho político.

10 – PRESTAÇÃO DE CONTAS A CADA FINAL DE ANO

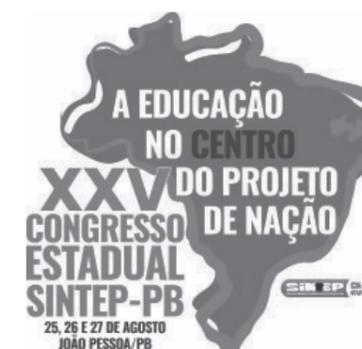
A transparência deve ser o exemplo do SINTEP. Temos feito muita luta em defesa da valorização dos profissionais da educação e da utilização dos recursos públicos na educação. É preciso deixar estabelecido em nosso estatuto o prazo máximo de 3 meses, incluindo o ano fiscal, para apresentação da prestação de contas ao conselho diretor. Isso reforçará nosso exemplo com a categoria e com a sociedade. Acréscimo no artigo 32.

ASSINAM ESTA PROPOSTA:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------|
| 1. ANA FARIAS | 13. JOEL CAVALCANTI |
| 2. CARLOS ANTÔNIO | 14. JOSÉ DA SILVA |
| 3. DERICK DA COSTA | 15. LUCIANA WALTER |
| 4. EDVALDO FAUSTINO | 16. MÁRCIO JOSÉ SILVA |
| 5. ELIVERSON OLIVEIRA | 17. MANOEL BRASILEIRO |
| 6. ENVER JOSÉ | 18. PHELLIPE CUNHA |
| 7. FELIPE BAUNILHA TOMÉ DE LIMA | 19. SANDRA REGINA PEREIRA |
| 8. FERNANDA FRANÇA | 20. SOCORRO RAMALHO |
| 9. GENILDO DE ARRUDA | 21. SORAYA CORDEIRO |
| 10. GRECIANE MENDONÇA | 22. THIAGO CALÁBRIA |
| 11. HIGOR LINS | 23. TIAGO RODRIGUES |
| 12. JADSON SANTOS | 24. VANIA MENDES |

SUMÁRIO

I. Tese da Direção do XXV Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba.....	6
Conjuntura Internacional.....	6
Conjuntura Nacional.....	8
Conjuntura Estadual e Política Educacional: Uma Análise sobre a Política de Educação na Paraíba - Desafios à Educação Pública de Qualidade, Direitos e Carreira Docente.....	10
Política Sindical.....	14
Políticas Permanentes: Inclusão - Diversidade e Etnia na Educação.....	14
Política de Aposentados/as: A luta dos/as Profissionais em Educação Aposentados/as/es é Contínua.....	16
Balanço Político da Gestão.....	17
Plano de Luta.....	18
Estatuto do SINTEP.....	20
II. Proposta para o CONGRESSO DO SINTEP PB/2022.....	26



I. Tese da Direção do XXV Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba

Apresentação

O XXV CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE-PB acontece em um contexto histórico de destruição da nação brasileira, pelo um governo fascista que faz uso de um programa econômico neoliberal pra retirar os direitos da classe trabalhadora, inclusive com sérios ataques aos profissionais em educação e a educação pública visando, sobretudo, à privatização e mercantilização da Educação. Razão pela qual escolhemos o tema do Congresso: A Educação no Centro do Projeto de Nação e Tese - Um Novo Brasil é Possível. Evidenciando, portanto a reconstrução de uma nova Educação para o Brasil e de um novo Projeto de Nação Soberana, democrática e de inclusão social. Para isto, foi organizada toda a programação e tese com os seus desdobramentos, focados na luta política organizativa, no sentido de mudar o governo brasileiro, principalmente, neste momento em que se aproxima as Eleições para Presidência da República, Congresso Nacional, Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais e Governadores. Neste sentido, precisamos lutar para eleger não só o Presidente da República, mas também, um Congresso Nacional, Parlamentares estaduais e governadores de esquerda e progressista que tenham compromisso com o Projeto Democrático e Popular.

Conjuntura Internacional

A luta de classe é histórica e permanente, tendo em vista a exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo local e internacional, em detrimento da preservação das suas estruturas, políticas econômicas e social, ocasionando problemas crônicos à humanidade, tornando visíveis com a pandemia da Covid-19, que além de aumentar as desigualdades sociais nos países pobres e em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, que no atual governo, concentra grande parte da miséria do planeta. Neste sentido, os dados nos assustam, segundo a ONU, em 2020, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada e 811 milhões estavam na extrema pobreza, sendo 418 milhões na Ásia, 282 milhões na África e mais de 60 milhões na América Latina, com o Brasil acumulando mais de um terço da população miserável do continente. Por outro lado, os ricos nunca ficaram tão ricos na história recente!

As políticas públicas neoliberais fracassaram, enquanto isso a desigualdade e a miséria da população aumentaram de forma assustadora, agravando-se com pandemia. Os jovens foi o segmento com maior percentual de desocupação no mundo. Em 2020, a contração no emprego para a juventude foi de 8,7%, seguido de 5% para as mulheres e 3,9% para os homens. Entre as pessoas ocupadas no mundo, 60% estão na informalidade ou em contratos sem garantias do empregador, reforçando a pauta do trabalho decente e sem se preocupar em melhor distribuir a renda e financiar as políticas públicas com qualidade. Considerando as transformações

mos que haja incorporação da possibilidade de representação destes trabalhadores e trabalhadoras, sob responsabilidade da Secretaria de Funcionários. (proposta de alteração do artigo 6º, o SINTEP passaria a representar também trabalhadores de apoio geral escolar com vínculos com empresas terceirizadas que prestam serviço ao governo).

3 – DIMINUIÇÃO DO TEMPO DE FILIAÇÃO PARA SER VOTADO

Atualmente, o art 6º determina 3 anos de filiação para que o sócio possa participar da diretoria do SINTEP. É um tempo muito grande e dificulta a renovação e rotatividade na diretoria sindical. Nenhum dos sindicatos cutistas da educação exige tanto tempo assim. Propomos alteração do parágrafo único do art 6º para “sócio que detenha no mínimo 18 meses de filiação ininterrupta como sócio do sindicato.

4 – AUMENTAR OS DEBATES, DIMINUIR OS CUSTOS

Atualmente, o artº 17 do SINTEP estabelece um intervalo de 2 anos entre os congressos da entidade. Sabemos que a realização de um Congresso é onerosa, por isso propomos que o congresso passe a ser realizado de 4 em 4 anos intercalados com encontros regionais ou conferências estaduais a cada 2 anos.

5 – ESTABELECEER PROPORÇÃO DE DELEGADOS EM ESTATUTO

É importante que o número de delegados aptos a participar dos congressos estaduais seja de inido em estatuto. Propomos alteração do art 18º. Acréscimo do texto “na proporção de 1 delegado para cada 30 sócios”.

6 – REORGANIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E AUMENTO DOS PROFISSIONAIS

Tem se mostrado cada vez mais importante o monitoramento das ações jurídicas e marcos legais referentes à nossa categoria. Portanto propomos a criação de uma Secretaria de Assuntos Jurídicos. Também é notório que o horizonte de atuação das secretarias de assuntos educacionais e gestão educacional são muito próximos. Portanto, propomos a junção de ambas. Assim criamos uma nova secretaria e mesmo assim mantemos o número atual de secretarias na estrutura do SINTEP. A secretaria de Organização também deve ter um papel político de acompanhamento e apoio às direções regionais entre suas atribuições, para um maior alinhamento político das ações do sindicato. Remover o ponto IV das atribuições da secretaria sindical. Para um maior trabalho de base e organização sindical também, é preciso aumentar o número de liberações sindicais e profissionais do sindicato.

7 – AS JOVENS PROFESSORAS E PROFESSORES PRECISAM ESTAR NA DIREÇÃO SINDICAL

Sabemos da importância de trazer novas companheiras e companheiros para o movimento sindical. Em 2016 demos um importante passo ao criar a secretaria de juventude, em acordo com a política da CUT e da CNTE. Para tanto é importante constar textualmente em nosso estatuto que seguimos a diretriz da CUT e CNTE de estabelecimento de idade máxima, para atuar nesta secretaria, sendo esta fixada em 40 anos. Esta idade só poderá ser desconsiderada, caso 4 anos antes da eleição sindical, se não houver concurso para profissionais efetivos no estado da Paraíba. Modificação do art 36.

§ 10º O voto será dado por chapa.

A alteração aqui apresentada é meramente para estabelecer compatibilidade com vista a melhor organização e execução dos trabalhos da Comissão Eleitoral.

Assim altera-se a redação do § 2º, ficando o dispositivo:

§ 2º A Assembleia Geral se realizará no 1º Semestre para eleger a Comissão Eleitoral, formada por 4 (quatro) membros eleitos e aprovar o nome do Advogado a ser contratado, que passará a responder pela Presidência, tendo, a partir de então, um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para realizar as eleições.

Art. 52. A formação do Conselho Diretor será da chapa que obtiver a maioria dos votos nas 14 (quatorze) regionais.

A alteração aqui apresentada é meramente para melhor compatibilizar entendimento.

Assim altera-se a redação, ficando o dispositivo:

Art. 52. A formação do Conselho Diretor será da chapa que obtiver maioria simples na eleição.

II. PROPOSTA PARA O CONGRESSO DO SINTEP PB/2022

TESE PARA UM SINTEP CADA VEZ MAIS FORTE PROPOSTAS PARA O CONGRESSO DO SINTEP PB 2022

Tendo como referência as mudanças ocorridas na economia, no mundo do trabalho e nas relações sociais em geral, é necessário que as organizações sindicais se adequem a tais mudanças no sentido de manter sua vitalidade e referência para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Neste sentido, nós que compomos agrupamentos que atuam no sindicato e trabalhadores e trabalhadoras que concordam com estas ideias, apresentamos as seguintes propostas:

1 – SINTEP REPRESENTA TODOS E TODAS

Apesar de fato consumado, dada a luta do SINTEP em defesa dos aposentados e aposentadas, é importante incorporar textualmente esta representação. Proposta de acréscimo no art 3º, “pessoal da ativa e aposentados”.

2 - REPRESENTAÇÃO SINDICAL DO APOIO GERAL ESCOLAR TERCEIRIZADO

Há anos não há concurso para cargos de apoio geral escolar. Atualmente, cerca de 4 mil trabalhadores e trabalhadoras de apoio geral escolar trabalham com vínculo terceirizado. Dividem o mesmo chão de trabalho que os demais e sofrem ainda mais pelos desmandos da relação precária de trabalho. Portanto, defende-

pelas quais passa o mundo do trabalho, com a era digital, os países estão divididos entre os que produzem bens e serviços digitais e os que os consomem. Entre estes, encontra-se o Brasil como um grande importador desses bens e serviços, segundo o economista Marcio Pochmann, a reversão das atuais condições precárias de trabalho será possível, caso seja “estabelecido outro horizonte de expansão da produção, olhando justamente na disputa em torno das novas tecnologias.” Para ele, a ideia de futuro parece que foi sendo desconstituída, estrategicamente pela elite do país, o que acaba com o sonho e a utopia. Porém, cada vez mais se constata a parceria de líderes nacionalistas e de extrema direita, com perspectivas de fortalecimento das políticas neoliberais (vide Bolsonaro e Paulo Guedes, no Brasil), aumentando os conflitos regionais, a miséria e colocando em xeque os compromissos climáticos. A crise sanitária decorrente da pandemia do coronavírus foi acentuada por essas lideranças que se mantiveram em lados opostos da Organização Mundial de Saúde, de outras agências e governos que buscavam medidas de contenção e superação dos danos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ ONU (2015 a 2030), assumidos na Rio+20 em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM/ ONU (2000 a 2015), foram quase todos rechaçados por líderes conservadores da extrema direita mundial, a exemplo de Jair Bolsonaro (Brasil) e Donald Trump (EUA), a ponto de o planeta ter regredido nos indicadores de combate à fome e de aquecimento global.

A mudança do presidente americano, com Joe Biden, em janeiro de 2021, passou a resgatar parte da agenda de justiça social e de preservação ambiental no mundo. O que já se esperava, mantiveram intactos os objetivos do imperialismo estadunidense ao redor do mundo, sobretudo através das guerras híbridas comerciais que afetam economias e desestruturam regimes democráticos, abrindo caminho para dominações comerciais e subalternidades políticas. Em contrapartida, estão as pautas da classe trabalhadora através das suas organizações e estruturas, para a superação do capitalismo que perpassa por valores democráticos e pela socialização da riqueza produzida pelas nações, tendo o socialismo democrático como bandeira de luta!

As crises profundas impostas pelo sistema capitalista ao mundo nos exigem uma tomada de posição de combate estrutural, a exemplo da taxação das grandes fortunas e de derivativos para inanciar o fim da miséria planetária. A regulação do capital especulativo e a inanceirização das economias, com a captura crescente dos fundos públicos (educação, saúde, previdência, assistência social etc) por instituições privadas, são outras duas prioridades. E a regulamentação do trabalho decente, o respeito aos direitos humanos, às culturas e grupos étnicos minoritários e à diversidade de gênero, LGBTQIA+ e raça também, faz-se necessário urgente, constar nas AGENDAS para um mundo de paz e igualdade. “Outro mundo é possível!” Para isto, é fundamental a retomada do Fórum Social Mundial, com temas: “Justiça e Democracia”, “Soberania Popular e Igualdade Social” – A retomando das lutas populares.

Concluindo, o continente latino-americano, merece uma atenção especial, sobretudo, de nossa organização que atua em parceria com sindicatos de educadores/as da maioria dos países da Região, através da Internacional da Educação – IE. Após vivenciar o maior nível de crescimento econômico e social na primeira década do

século – fruto das políticas inclusivas de governos democráticos e populares que se espalharam na Região – vários países foram tomados de assalto por golpes e/ou por falsas promessas de setores da direita ultraliberal conservadora e da extrema direita, que destruíram conquistas e direitos do povo, concentraram renda nas elites e fomentaram a exclusão social. Projeto excludente começa a ser derrotado na América Latina, através da resistência dos movimentos sociais e da ascensão de governos progressistas, a exemplo de Argentina, Chile, Bolívia, Peru, México, Honduras, Colômbia entre outros. Além das possibilidades de vitórias dessa mesma matriz política no Brasil, poderá reforçar a esperança latino-americana e de muitos povos do planeta. Vamos esperar, lutando para vencer esta grande batalha.

Conjuntura Nacional

O Brasil, como outros países do mundo, saiu da pandemia do Covid-19, com um alto índice de morte, por ter um governo signatário da extrema direita, indo na contramão da maioria dos países que investiram em: vacinas, isolamento social e auxílios emergenciais dignos. Dessa forma, colocou em risco centenas de milhares de vidas e aprofundou as medidas de austeridade fiscal. Até o momento, o Brasil acumula o segundo maior número de mortes absolutas de (mais de 678 mil), atrás dos EUA (mais de 750 mil).

Segundo especialistas de todo o mundo, o Brasil e os EUA, na gestão de Donald Trump, poderiam ter evitado o caos sanitário, se tivessem adotado medidas de segurança alinhadas à Organização Mundial da Saúde. Outra situação agravante, no caso brasileiro, foi a ausência de coordenação entre as esferas - Federal, Estadual e Municipal contribuindo para potencializar a disseminação do vírus. Infelizmente essa omissão governamental ao adquirir vacinas, inclusive recusando ofertas vantajosas e em grande quantidade no final de 2020, evidenciou a incompetência e a negligência das diversas áreas do governo, todas sob o comando de Bolsonaro – que atuou pessoalmente contra o combate à pandemia, inclusive interpellando em vão governadores e prefeitos no STF. Essa postura, deliberadamente criminosa do governo, acabou por revelar, posteriormente, na CPI da Pandemia no Senado Federal, esquemas de corrupção na aquisição ou tentativa de compras de imunizantes e de kits Covid-19 ineficazes. As ações e omissões de Bolsonaro na pandemia lhe renderam mais de uma centena de pedidos de impeachment, todos engavetados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, líder maior do denominado Centrão, que forma a base fisiológica do governo Bolsonaro no Congresso Nacional. Constando também, denúncias contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional.

Além de tudo, o seu governo trouxe de volta a alarmante inflação com destaque para a explosão do preço da gasolina e do gás de cozinha que afetam os preços em geral da economia, voltou a corroer a renda dos assalariados e tornou mais difícil a situação das pessoas desempregadas e informais. Por sua vez, o governo Bolsonaro/Guedes, incapaz de resolver a carestia no país, continua agindo para aprofundar o caos social e econômico. E a substituição do Bolsa Família (exitosa política de Estado de combate à miséria) por um auxílio temporário e eleitoral que se encerrará em dezembro de 2022 (pós-eleições gerais), é a marca mais recente da ingerência culposa do governo. Para financiar o Auxílio Brasil, o governo investiu na aprovação, de medidas que além de darem calotes, escancararam a compra de votos de parla-

que além das demais atribuições que lhe compete, representará o sindicato judicial e extra judicialmente, sendo admitida sua recondução pela maioria simples dos diretores presentes.

§ 5º O Conselho Diretor fará, sempre que necessário, um balanço político visando fazer a avaliação do desempenho, das Secretarias e seus membros, podendo substituir seu coordenador.

A alteração aqui apresentada é meramente para estabelecer periodicidade diferente a que hoje existe.

Assim altera-se a redação do § 3º, ficando o dispositivo:

§ 3º Os coordenadores das Secretarias comporão a coordenação executiva, esta se reunindo ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e se necessário, quando convocada reuniões extraordinárias.

CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES DO SINTEP

Art.50. As eleições do SINTEP serão realizadas através do voto direto, secreto e universal dos seus sindicalizados.

§ 1º As eleições serão coordenadas por uma Comissão Eleitoral eleita em Assembleia Geral Estadual, que as regulamentaram em regime específico.

§ 2º A Assembleia Geral se realizará no 1º Semestre para eleger a Comissão Eleitoral, formada por 5 (cinco) membros, que terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para realizar as eleições.

§ 3º Cada chapa inscrita no processo eleitoral designará um dos seus membros no ato da inscrição como interlocutor da mesma junto a Comissão Eleitoral.

§ 4º Terão direito de votar todos os sócios com descontos em contracheque ou recibo de quitação de sua contribuição social, desde que o mesmo esteja associado até o mês de dezembro do ano anterior as eleições.

§ 5º As chapas serão inscritas junto a Comissão Eleitoral, a quem cabe fazer o registro, cabendo recursos às instâncias deliberativas do SINTEP.

§ 6º Só poderá ser inscrita junto a Comissão Eleitoral a chapa que apresentar no mínimo 2/3 dos membros do Conselho Diretor e 2/3 das diretorias regionais, distribuídos equitativamente nas regionais, conjuntamente com sua carta programa.

§ 7º As chapas concorrentes à diretoria do SINTEP serão escritas levando-se em consideração a colocação dos membros por secretarias e a distribuição equitativa nas regionais cuja comprovação e a lotação em local de trabalho.

§ 8º A chapa será composta com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de mulheres, percentual este mantido na formação do Conselho Diretor.

§ 9º É facultado a todos os sócios que não tenham sofrido punição em processo disciplinar regido por este Estatuto, que tenha contrato efetivo com o Estado e cumprido no mínimo de 3 (três) anos como sócio, organizarem chapas para concorrer a cargos eletivos da entidade.

que garanta o processo democrático e assegure a sempre defesa das eleições diretas;

XII – Criar uma articulação permanente com os diretores escolares de forma sistemática;

XIII – Construir uma política de articulação e valorização dos conselhos escolares;

XIV – Lutar em defesa do setor de orientação escolar (SOE) em todas as escolas.

Art. 35. Compete a Secretaria de Gestão Escolar e Especialista em Educação:

I – Promover debates com os diretores escolares em defesa do gestor;

II – Realizar reuniões com os diretores escolares para desenvolver política que garanta o processo democrático e assegure a sempre defesa das eleições diretas;

III – Criar uma articulação permanente com os diretores escolares de forma sistemática;

IV – Construir uma política de articulação e valorização dos conselhos escolares;

V – Lutar em defesa do setor de orientação escolar (SOE) em todas as escolas

A alteração aqui apresentada é em face da modificação imprimida no art. 22, com a união das Secretarias de Assuntos Educacionais, Sociais, Culturais e a de Gestão Escolar e Especialista em Educação, bem como a criação da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Assim ficando o dispositivo:

Art. 35. Compete a Secretaria de Assuntos Jurídicos:

I – Manter informações em banco de dados que possibilite demandas jurídicas em favor da categoria;

II – Manter banco de dados com as informações de demandas judiciais em tramitação com a consignação do seu resultado, bem como informar periodicamente ao Conselho Diretor o andamento das ações em tramitação;

III – Propor celebração de contratos de assessoramento jurídica à Coordenação Geral e a Coordenação de Finanças e ser ouvido quando da dispensa;

IV – Estabelecer e disciplinar os horários de atendimento presencial das Assessorias Jurídicas;

Art. 37. Cada secretaria terá um coordenador escolhido pelo Conselho Diretor para um período de 02 (dois) anos.

§ 1º A cada período de 02 (dois) anos haverá escolha dos coordenadores das secretarias.

§ 2º O coordenador da secretaria só será reconduzido a função por renúncia do cargo de coordenador do outro membro que integra a respectiva secretaria.

§ 3º Os coordenadores das Secretarias comporão a coordenação executiva, esta se reunindo a cada 15 (quinze) dias.

§ 4º A cada período de 02 (dois) anos, o Conselho Diretor escolherá um Coordenador Geral, dentre os 24 (vinte e quatro) membros que compõem as Secretarias,

mentares a partir do mecanismo de “orçamento secreto” no Congresso, isto é, sobretudo, a continuidade do conjunto de medidas neoliberal forjado no pós-golpe de 2016, tendo como carro chefe a Emenda Constitucional 95 considerada, como pilar do teto de gastos sociais na esfera federal, que tem sido reiteradamente reforçado pelo governo Bolsonaro, que aprovou em 2019 a reforma da Previdência (EC 103) e, em 2021, um novo gatilho para o teto de gastos (EC 109), promovendo um arrocho ainda mais severo nas remunerações dos servidores públicos nas três esferas. Neste sentido, o Brasil só vem com irmar que segue na contramão de países desenvolvidos, persistindo em manter uma estrutura tributária desigual, insuflante e injusta, onde os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos. O que nos desafia a responder, através dos movimentos sociais, neste momento histórico:

1) ocupar

- as ruas, com manifestações de massa;

- as redes sociais.

2) atuar no processo eleitoral de 2022.

Para barrar e retroceder o avanço do desmonte dos direitos da classe trabalhadora. Pois, estamos com menos de 2 meses das eleições, uma polarização com mobilização e com contraposição de agendas programáticas.

Os atos iniciais de Lula foram fortes, de reencontro com a militância e encontro de novos sujeitos sociais com destaque para a juventude e mulheres. E com propostas mais claras e concentradas no combate à economia neoliberal e ao chefe da extrema direita.

É preciso, portanto, revogar as emendas constitucionais e legislações infraconstitucionais que constituem alicerces do neoliberalismo e impedem os avanços sociais, tais como:

1) cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação;

2) Reforma do Ensino Médio e BNCC: ambas se estruturam em princípios utilitaristas, mercadológicos, amparados em competências tecnicistas, sem garantir a formação integral dos/as estudantes, em detrimento dos direitos dos/as trabalhadores/as e dos/as estudantes.

Nesta perspectiva, somam-se as questões de militarização das escolas públicas, já executadas em alguns Estados e Municípios brasileiros, assim como, a defesa do homeschooling e da política de “Escola sem Partido” entre outros.

Portanto, precisamos fortalecer: “O Projeto de Reconstrução do Brasil de forma que igualmente recoloca a agenda ambiental no centro do debate do desenvolvimento sustentável, reafirmando os compromissos históricos do país com os tratados do clima, investindo na preservação das bacias hidrográficas, aquíferos e ecossistemas nacionais, com destaque para o Pantanal, a Amazônia Legal, o Cerrado e a Mata Atlântica – tão atacados nos últimos anos, sobretudo com o avanço do garimpo, das queimadas e do agronegócio. A produção de energias limpas, baratas/sustentáveis, a reinclusão das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas nas políticas públicas socioambientais, articulado ao resgate da reforma agrária, das políticas de financiamento e fixação dos pequenos produtores rurais na terra, são questões centrais para uma plataforma de governo progressista que a classe trabalhadora tanto deseja para o país.

Para isto, é fundamental a implantação da democracia participativa, precisando ser garantida na ação do futuro governo. O candidato Lula já tem se manifes-

tado na defesa do orçamento participativo, inclusive em contraposição a existência do orçamento secreto e de emendas parlamentares que não passam de uma institucionalização da corrupção. Desta forma, se faz necessário a consolidação e garantia dessa manifestação do candidato.

Na verdade, para que haja estabilidade de um governo Democrático-Popular é indispensável a existência de mobilização e organização popular que sejam um contraponto a um Congresso que tende a repetir o per il de direita e extrema direita. O orçamento participativo será uma proposta necessária para aprofundar a democracia, em paralelo, com a defesa de um novo mundo possível, a economia popular e solidária, a segurança pública cidadã, a igualdade e direitos das mulheres, do povo negro, das nações indígenas, dos LGBTQIA+ e da juventude. O Plano Nacional de Reconstrução e Transformação, o programa da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB, PV) e os pontos programáticos acordados com o PSOL são excelentes pontos nesta jornada.

É determinante também, que reforcemos as ações no sentido de garantir a construção dos comitês populares tradicionais junto às atividades das redes sociais, de forma que, a prática se dê, muito mais que uma propaganda. Devemos junto às frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, impulsionar os comitês populares, reforçando uma forma de organização popular possível e necessária.

Ainda podemos combinar com estas na disputa social do programa, contra o neoliberalismo, a realização de Conferências Populares Temáticas, como as que já estão em processo de preparação e já realizadas a exemplo da II Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), deliberada de 'CONAPE da Esperança' – concluída com a elaboração da Carta de Natal, contendo as reivindicações e pautas do conjunto do movimento educacional com objetivo estratégico de reconstrução do nosso país.

Concluído, é fundamental que iquemos atentos às eleições proporcionais nos Estados. Temos que, junto com a eleição presidencial, ampliar a participação de políticos progressistas, humanistas e de esquerda nos parlamentos federal e estaduais.

Para isto, a CNTE com os seus sindicatos iliadados, inclusive o SINTEP PB, precisam estar na linha de frente, pela garantia de direitos trabalhistas retirados desde a EC 95 e pela derrota do projeto de educação privatista e mercadológica hoje em prática no Brasil. Para tal, é necessário o engajamento do povo nas lutas para derubada do neoliberalismo e da política de morte do governo fascista genocida de Bolsonaro, além de promover a conscientização da classe trabalhadora em função da construção de uma sociedade justa, igualitária e socialista.

Conjuntura Estadual e Política Educacional: Uma Análise sobre a Política de Educação na Paraíba - Desafios à Educação Pública de Qualidade, Direitos e Carreira Docente

Qualquer análise de conjuntura feita por forças progressistas e populares na política brasileira deve reconhecer o golpe sofrido em 2016 pela presidenta Dilma, e por toda a classe trabalhadora alterou signi icativamente os rumos políticos do País. Saímos de uma agenda de construção ascendente de políticas sociais redistributivas, consolidação e ampliação de direitos para uma agenda golpista de destruição

§ 2º – Para cada Secretaria haverá a indicação de 01 (um) Suplente, efetivando-se quando da vacância do titular.

Art. 29. Compete a Secretaria de Assuntos Educacionais, Sociais e Cultura:

- I - dinamizar Secretaria de Assuntos Educacionais;
- II - promover cursos de atualização específica para os Professores, especialistas e funcionários;
- III - contribuir com a biblioteca do SINTEP no sentido de mantê-la atualizada com títulos bibliográficos de assuntos educacionais;
- IV - manter-se articulada com as demais entidades da sociedade civil envolvida com a questão da Educação;
- V - formular propostas que venham implementar e contribuir no sentido de que a atuação da nossa categoria caminhe na direção de uma educação que interesse à classe trabalhadora;
- VI - produzir, caso necessário, material sobre assuntos educacionais;
- VII - subsidiar a diretoria colegiada no que diz respeito a atualização da discussão na área de educação;
- VIII - organizar atividades de lazer, eventos culturais e desportivos que promovam a integração da Categoria;
- IX - promover, através de suas atividades, a valorização e integração da cultura popular.

A alteração aqui apresentada é em face da alteração do art. 22.

Assim icando do dispositivo:

Art. 29. Compete a Secretaria para Assuntos Educacionais, Sociais, Culturais, Gestão Escolar e Especialista em Educação;

- I - dinamizar Secretaria de Assuntos Educacionais;
- II - promover cursos de atualização específica para os Professores, especialistas e funcionários;
- III - contribuir com a biblioteca do SINTEP no sentido de mantê-la atualizada com títulos bibliográficos de assuntos educacionais;
- IV - manter-se articulada com as demais entidades da sociedade civil envolvida com a questão da Educação;
- V - formular propostas que venham implementar e contribuir no sentido de que a atuação da nossa categoria caminhe na direção de uma educação que interesse à classe trabalhadora;
- VI - produzir, caso necessário, material sobre assuntos educacionais;
- VII - subsidiar a diretoria colegiada no que diz respeito a atualização da discussão na área de educação;
- VIII - organizar atividades de lazer, eventos culturais e desportivos que promovam a integração da Categoria;
- IX - promover, através de suas atividades, a valorização e integração da cultura popular;
- X - Promover debates com os diretores escolares em defesa do gestor;
- XI - Realizar reuniões com os diretores escolares para desenvolver política

§ 1º A Diretoria do SINTEP composta por 24 (vinte e quatro) membros, será exercida por um Colegiado, dividido em doze Secretarias, com 02 (dois) membros efetivos em cada secretaria, a saber:

- I - secretaria de organização;
- II - secretaria de administração;
- III - secretaria de formação;
- IV - secretaria sindical;
- V - secretaria para assuntos educacionais sociais e culturais;
- VI - secretaria relações de gênero e etnia;
- VII - secretaria de comunicação;
- VIII - secretaria de inanças;
- IX – secretaria de aposentados;
- X – secretaria de funcionários;
- XI – secretaria de Gestão Escolar e Especialista em Educação;
- XII – Secretaria de Juventude.

Parágrafo único – Para cada Secretaria haverá a indicação de 01 (um) Suplente, efetivando-se quando da vacância do titular.

A alteração proposta intenciona organizar o dispositivo e acrescentar uma Secretaria a de ASSUNTOS JURIDICOS, estabelecendo a sua respectiva competência.

A alteração é possível. Desta feita, sugiro a seguinte formatação para o dispositivo, deixando o estabelecimento de competências a serem disciplinados em artigos próprios:

Art. 22. O Conselho Diretoria é um Colegiado composto pela Diretoria e cada Diretor Regional.

§ 1º A Diretoria do SINTEP composta por 24 (vinte e quatro) membros, será exercida por um Colegiado, dividido em doze Secretarias, com 02 (dois) membros efetivos em cada secretaria, a saber:

- I - secretaria de organização;
- II - secretaria de administração;
- III - secretaria de formação;
- IV - secretaria sindical;
- V - secretaria para assuntos educacionais, sociais, culturais, Gestão Escolar e Especialista em Educação;
- VI - secretaria relações de gênero e etnia;
- VII - secretaria de comunicação;
- VIII - secretaria de inanças;
- IX – secretaria de aposentados;
- X – secretaria de funcionários;
- XI – secretaria de assuntos jurídicos;
- XII – Secretaria de Juventude.

de direitos, desregulamentação das leis trabalhistas e cortes de verbas sucessivos para a educação.

O Nordeste, apesar de resistir firmemente ao golpe e se manter da defesa da democracia, está submetido às regras federativas e foi atingido como todos os Estados da Federação por essa agenda golpista. Na Paraíba, que vinha num ciclo virtuoso de governos progressistas, a despeito das divergências programáticas e políticas existentes no campo da esquerda e centro esquerda, o golpe abriu um lance para a reorganização das forças conservadoras. Não apenas os setores conservadores tradicionais, oligarcas, mas também para a nova direita fascista ascendente ligada a Bolsonaro. Famílias, como os Cunha Lima, Ribeiro Coutinho, Vital do Rego, ganharam um novo folego com a perseguição política sofrida por lideranças de esquerda. E toda sorte de ditos “comunicadores” com discurso de ódio foram alçados a lideranças políticas, como Nilvan Ferreira. É neste cenário que as forças progressistas acabaram se dividindo no campo eleitoral. Especificamente do ponto de vista da agenda educacional, não houve mudança de rumos nos últimos 3 governos, mas uma má gestão do que já vinha sendo construído.

MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO ESTADUAL

A educação estadual vem passando por transformações há cerca de uma década, desde a vitória e gestão do primeiro governo progressista eleito pelas forças populares, a partir de 2011. Essas mudanças são fruto da disputa política e correlação de forças entre o movimento sindical, entidades de pesquisa da educação, grupos empresariais que resolveram disputar os rumos da educação pública brasileira e oligarquias locais.

Do ponto de vista dos trabalhadores, tivemos importantes vitórias nas duas últimas décadas, fruto da luta da CUT, CNTE e sindicatos associados, a exemplo do SINTEP-PB. Dentre as principais vitórias nacionais, temos a ampliação do antigo FUNDEF para o FUNDEB, e mais recentemente o Novo FUNDEB permanente; a criação do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público; a construção democráticas das Conferências Nacionais de Educação que resultou na aprovação do Plano Nacional de Educação, enquanto documento norteador da política pública de educação. No Estado da Paraíba, o SINTEP-PB, após muita luta da categoria, conseguiu instituir o PCCR do magistério em 2003.

Mas a história não é estática e várias dessas vitórias foram atacadas ao longo desse período. Em nível nacional, passamos por 2 reformas da previdência, que alteraram nosso direito à aposentadoria, quebrando a paridade salarial e aumentando o tempo de serviço para a concessão da aposentadora e o descumprimento constante por parte dos governos das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação são bons exemplos desses ataques à educação básica. O Piso Salarial Nacional não englobou os demais profissionais da educação e com a regulamentação das parcerias público-privadas vêm ocorrendo um sistemático processo de terceirização das funções não docentes na escola.

Abaixo, apontamos alguns dos pressupostos gerais da construção das políticas educacionais dos últimos 10 anos, gestados por 4 diferentes secretários durante os governos de Ricardo Coutinho e por um único secretário durante o governo de João Azevedo.

1. A Paraíba, como em todo Brasil, passou por um processo de introdução de mecanismo de gestão privada na educação. Esses mecanismos dizem respeito à:

- a. Política de remuneração por abono salarial (Bolsa Desempenho) que gera disparidade salarial entre docentes em exercício e aposentados;
- b. Criação de sistema de avaliação de resultados escolares em larga escala (IDEPB), que enfatizam bastante o rendimento do estudante e secundarizam as condições de infraestrutura e remuneração profissional;
- c. Criação de um sistema de bonificação por resultados (Mestres da Educação e Escola de Valor);
- d. Implantação de modelo de escola integral em parceria com fundações e organizações ligadas a grandes empresas.
- e. Terceirização do apoio geral escolar. Os serviços não docentes nas escolas foram terceirizados.

2. Ataque a autonomia escolar

- a. Fim da eleição para gestão escolar, ignorando a vontade da comunidade escolar. Com isso as escolas voltaram a fazer parte do loteamento eleitoral e os gestores voltaram a ser indicados pelos aliados do governador, sem nenhum critério técnico ou pedagógico;
- b. Criação de mecanismos de controle burocrático do trabalho docente, com dezenas de planilhas que pouco são debatidas pedagogicamente.
- c. Falta de uma política de incentivo à participação docente nos conselhos escolares, que são vistos mais como problemas e casos de processos administrativos do que como órgãos de gestão colegiada da escola, pedagógica e administrativamente.

3. Precarização da carreira docente

- a. A Paraíba mantém um dos piores Planos de Carreira do Brasil, desestimulando docentes a se qualificar profissionalmente (especialização, mestrado e doutorado). A diferença da Classe A (nível médio) para a Classe E (doutorado) é de apenas 40%. Além disso professores das escolas integrais, professores com ampliação de carga horária perdem remuneração caso se afastem para qualificação;
- b. No último mandato do governo estadual, houve um abandono da política de formação continuada de professores. Desde 2019 não houve uma política de formação continuada que contemplasse todos os profissionais em educação da rede estadual. Tudo foi resumido às “lives” fora do horário de trabalho.

Durante a pandemia, para a qual nenhum governo estava preparado, o governo estadual adotou política de proteção à vida da população, o que foi um ponto muito positivo. Porém do ponto de vista da administração pública, teve início um grande problema na educação, um descompasso entre tecnologia e gestão. Diversos problemas marcaram o sistema de gestão de pessoas e de registros acadêmicos, até hoje não resolvidos.

Na ânsia de se diferenciar do seu antecessor, o governo logo assinou o contrato com as Organizações Sociais que atendiam as escolas, sob mira de investigação de corrupção. De uma terceirização velada, passamos a uma terceirização de fato. A contratação de empresa para terceirização do apoio geral escolar tem se mostrado um problema maior com atraso de salário, desorganização de gestão de pessoas, falta de equipamentos individuais de proteção para o trabalho. Além disso, os serviços de manutenção predial antes feitos pelas OS pararam totalmente durante a pandemia e até o momento, apenas com uma promessa de que 100, das 600 escolas

A alteração não é aconselhada, uma vez que o dispositivo é a garantia de participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação a fim de deliberar acerca de seus interesses imediatos, inclusive a greve.

Ao se estabelecer tão-somente a participação dos sócios em assembleia deliberativa de assuntos que impactará a deliberação para toda categoria, sem a possibilidade de opinião aos não sócios, as respectivas deliberações são nulas de pleno direito.

Sendo assim, sugiro MANTER A REDAÇÃO.

Seção III DAS ASSEMBLEIAS REGIONAIS

Art. 20. A Assembleia Regional é a instância de deliberação para encaminhamento das campanhas em defesa dos interesses dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação e das lutas da classe trabalhadora em geral e serão convocadas:

- a) pelo Conselho Diretor;
- b) pela Coordenação Executiva Estadual;
- c) pelo Conselho Regional;
- d) pela Assembleia Geral Estadual
- e) por 2/3 dos associados da regional;
- f) pela Assembleia Regional que a antecede.

Parágrafo Único. Participarão das Assembleias Regionais todos os Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação que tenham vínculo com a Rede Estadual de Ensino, lotados na regional com direito a voz e voto.

A alteração proposta intenciona estabelecer limite à participação em assembleia, impondo aos sócios e sócias a legitimidade de deliberar acerca de eventos circunscritos tão-somente a organização do SINTEP.

A alteração é possível.

Sugiro acrescentar um parágrafo. Desta feita, o parágrafo único passa a ser PARÁGRAFO PRIMEIRO e acrescenta-se ao dispositivo o PARÁGRAFO SEGUNDO, com a seguinte redação:

Parágrafo Segundo. Quando o assunto a deliberar for afeito a encaminhamentos, atividades, eventos circunscritos a organização do SINTEP, participarão das Assembleias Regionais, com direito a voz e voto, todos os Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, sócios e sócias, desde que lotado na regional.

Seção V DO CONSELHO DIRETOR

Art. 22. O Conselho Diretoria é um Colegiado composto pela Diretoria e cada Diretor Regional.

Estatuto do SINTEP

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA – SINTEP/PB.

ESTATUTO

Art. 8. São deveres dos sindicalizados e sindicalizadas:

I - Contribuir em favor do SINTEP com 1% (hum por cento) de sua remuneração descontado na folha de pagamento, mais taxas determinadas nas assembleias gerais;

II - Respeitar, acatar e encaminhar as deliberações do sindicato, de acordo com o estatuto;

III - Denunciar ao sindicato todos os casos de não cumprimento dos direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, dos quais tenham conhecimento;

IV - comparecer às reuniões e assembleias convocadas pelo Sindicato;

V - zelar pelo patrimônio e serviços do sindicato, cuidando da sua correta aplicação;

VI - defender o sindicato enquanto seu órgão de classe;

VII – comportar-se adequadamente, com urbanidade, durante os eventos promovidos pelo SINTEP/PB.

A alteração aqui apresentada é meramente para ajustar as atuais possibilidades para quitação da contribuição.

Assim altera-se a redação do inciso I, do Art. 8º, ficando o dispositivo:

I – Contribuir em favor do SINTEP com 1% (hum por cento) de sua remuneração, mais taxas determinadas nas assembleias gerais, podendo ser, para efeito de quitação, através de desconto em folha de pagamento, PIX, boleto bancário, autorização de débito em cartão de crédito ou em conta bancária.

Seção I DA ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL

Art. 13. A Assembleia Geral é a instância máxima e soberana do SINTEP que deliberará sobre assuntos de interesses imediatos da categoria como greve, dentre outros interesses que demandem deliberação terminativa.

I - participação das Assembleias Gerais Estaduais todos os Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação da Rede Estadual de Ensino com direito a voz e voto observando os critérios estabelecidos por este estatuto;

II - a greve não poderá ser aprovada e nem continuada se tiver a rejeição de 50 % +1 (Cinquenta por cento mais um) das Assembleias Regionais;

A mudança intenciona impor a participação nessa instância deliberativa tão-somente aos sócios do SINTEP.

do estado, passarão por manutenção. Não há motivo plausível para tal paralisação, já que entre 2019 e 2021 houve um aumento de 41% de arrecadação de verbas para o FUNDEB.

Apesar do avanço na realização de concursos públicos anuais ou chamamento acima das vagas durante a pandemia; o fato é que, atualmente, temos cerca de 9500 professores efetivos na rede, ao passo que permanecemos com cerca de 8500, atuando como prestadores de serviço, sem receber o piso salarial nacional, como manda a Lei do Piso.

No tocante, a carreira docente e demais proissionais da educação, ambos os governantes usaram do mesmo expediente: prometeram reformular nosso PCCR para melhoria da carreira e não o fizeram. O avanço mais claro nesse sentido se deu na última negociação com o governo em torno da incorporação da bolsa desempenho. A incorporação imediata de 20% da bolsa foi de suma importância para valorização dos quase 14 mil aposentados. Temos agora o desafio de manter o índice de reajuste do Piso em 2023.

Os desafios de construção da luta em defesa da educação pública e de uma carreira digna são muitos, por isso é importante nossa organização, unidade e construção das seguintes lutas:

1. Defesa da melhoria da Carreira (PCCR) com os 16 pontos apresentados ao governo;

2. Paridade salarial entre docentes em exercício e aposentados, pela incorporação do restante da Bolsa Desempenho ao vencimento,

3. Defesa do índice de reajuste do Piso Salarial Nacional, todo mês de janeiro;

4. Retomada da democracia nas escolas, em defesa da criação de mecanismo de escolha direta para gestão escolar por parte da comunidade escolar. Pelo fim do loteamento eleitoral das escolas;

5. Estabelecimento de mesa de negociação permanente, os governos precisam ouvir os trabalhadores e trabalhadoras em educação;

6. Flexibilização da carga horária nas ECIs e ECITs para docentes que tenham vínculos em outras redes;

7. Pelo fim das terceirizações, realização de concurso público para apoio geral escolar;

8. Realização de concurso público para suprir as mais de 8.000 vagas docentes e para contratação de Psicólogos e Assistentes Sociais (de acordo com o que estabelece a Lei 13.935/2019)

9. Cobrar a apresentação de um Plano Emergencial de Reestruturação das Escolas da Paraíba. Queremos valorização e dignidade para trabalhar;

10. Fortalecer as lutas pela democracia e todas as bandeiras gerais encaminhadas pela CUT e pela CNTE.

Política Sindical

O movimento sindical, no mundo capitalista, enfrenta a reestrutura do capitalismo num desafio constante, não só para a classe trabalhadora, mas para toda sociedade. A flexibilização dos direitos trabalhistas e os modos de trabalho impostos, pelo capital de produção, têm impulsionados muitas derrotas para a classe trabalhadora. Esta realidade tem ocasionado péssimas condições de trabalho para aqueles/as que dispõem apenas da sua força de trabalho.

As políticas públicas que deviam servir de mediação nos conflitos trabalhistas, atualmente, no nosso País, só têm se posicionado a favor da exploração; como as reformas trabalhistas, tanto nas mudanças das regras de mediação dos conflitos, como também das ofertas de emprego.

No final dos anos 80 e nos anos 90, o movimento sindical, aqui no Brasil, conseguiu avanços importantes, entre eles o direito à sindicalização dos servidores públicos com a CF/88. “O direito à sindicalização dos servidores públicos contribuiu, e muito, com a sociedade carente que não pode arcar com os custos dos serviços que o Estado tem por obrigação de oferecer, tais como: educação, saúde, segurança entre outros, logo os sindicatos têm cobrado dos gestores públicos a qualidade dos serviços e com a fiscalização, para que não haja desvios das verbas públicas destinadas à prestação destes serviços”. (Antonio Arruda - TCC de graduação em direito - O direito à sindicalização dos servidores públicos e seus efeitos sociais).

Tanto no Brasil como na Paraíba, a conjuntura atual em que se vive, exige reflexão e ação por parte do movimento sindical. Movimento este que se encontra ameaçado por forças conservadoras e pelo neoliberalismo, além de ter sofrido muitos retrocessos, perdeu vários direitos e por conta das ameaças à democracia; faz-se necessário lutar e resistir com muita ousadia.

A partir deste contexto, o sindicalismo, no processo eleitoral em todo Brasil, deverá estar atento e ficar fortalecido, escolhendo, para todos os cargos eletivos de deputado estadual, presidente da república, candidatos e candidatas comprometidos/as com as bandeiras de lutas da classe trabalhadora.

O movimento sindical, na atualidade, precisa se aperfeiçoar, na forma de interação, com a base e com a sociedade de forma geral. Para tanto, se faz necessário o uso das tecnologias, com a utilização dos meios de comunicação social, com a apropriação das mídias sociais, no manuseio constante das redes sociais e demais instrumentos de informações para aproximar seus associados, bem como disseminar e fortalecer as lutas da classe trabalhadora.

Políticas Permanentes: Inclusão - Diversidade e Etnia na Educação

Um conjunto de fatores habilitadores possibilita expressarmos a melhor versão de nós mesmo, na pluralidade e dimensões possíveis que nos formam, que temos a dignidade. E assim, podemos ser quem de fato somos, e amar quem realmente amamos.

A constituição da sociedade brasileira é marcada por suas características pluriétnicas, pluriculturais e multirraciais, que demarcam a nossa grande riqueza, mas também as enormes desigualdades, que têm, como consequência, diferentes formas de violência contra grande parte da população, dentre elas a dizimação dos povos

A nossa pauta de lutas inclui os seguintes pontos:

1. Em Defesa da Democracia;
2. Contra a PEC 32 (Reforma Administrativa) e pela Revogação;
3. Em Defesa da Educação Pública e de seus Profissionais;
4. Em Defesa do Piso Nacional de Salários para os/as Profissionais da Educação de Nível Médio e Superior;
5. Lutar para o Governo enviar para a Assembleia Legislativa a proposta de Reformulação do PCCR que inclui todos/as Profissionais em Educação;
6. Garantia de no máximo 2/3 da carga horária docente para interação com estudantes;
7. Estabelecimento de 11 níveis de progressão horizontal com acréscimo de 5% a cada nível e com a implementação automática;
8. Estímulo e valorização ao aperfeiçoamento profissional e acadêmico com estabelecimento de diferença de 100% no vencimento entre as classes “A” e “E”;
9. Todos os/as Profissionais em Educação devem receber de acordo com sua formação acadêmica;
10. Contratação de Professores substitutos (prestadores de serviço) por meio de seleção pública e contrato por tempo determinado;
11. Professores substitutos devem ter o tempo de serviço contabilizado, à medida que sejam aprovados em concurso para efetivos;
12. Estabelecimento de 03 jornadas de trabalho, 30 horas, 40 horas e dedicação exclusiva;
13. Nas Escolas Integrais o Professor poderá permanecer com a jornada de 30 horas;
14. Incorporação da Carga Horária diferenciada após 04 anos de trabalho consecutivos;
15. Professores substitutos devem receber o Piso Nacional e receber com isonomia pelo seu grau de qualificação aos profissionais em início de carreira;
16. Revogação da Lei da Bolsa Desempenho e incorporação dos 80% restantes do seu valor ao vencimento;
17. Férias escolares de 45 dias;
18. Licença paternidade de 30 dias;
19. O Docente que integrar o Conselho Escolar terá direito à 02 horas-aula para exercer funções, em caso de exercer função de Presidente, terá direito à 05 horas-aula para exercer sua função;
20. Concurso Público para todos/as os/as Trabalhadores/as em Educação em todos os setores;
21. Escolha direta pela Comunidade para as Direções Escolares de todas as Escolas Públicas no Estado da Paraíba;
22. Elevação da Gratificação dos/as Diretores/as e Adjuntos/as das Escolas Públicas Estaduais;
23. Pela Aposentadoria sem perda salarial.

Mesmo vivendo neste período atípico, a gestão “SINTEP SOMOS NÓS” não deixou de atuar para atingir as metas e compromissos em prol dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Estado da Paraíba. Mesmo em plena Pandemia, lutou bravamente pela valorização da categoria, para que todos e todas não deixassem de receber os reajustes de suas remunerações, acima dos índices de reajustes dos pisos salariais oficializados pelo governo federal. Realizou campanhas em defesa de uma educação pública e de qualidade e pela renovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) digno para todos e todas profissionais da educação. Conseguiu a incorporação da Bolsa Desempenho, para o magistério, tendo já sido pagos cerca de 20% desta, nos vencimentos no mês de julho deste ano. Os aposentados e aposentadas alcançaram esta conquista, graças à persistência do Sindicato, num momento em que já não se esperava mais nada em termos de aumento da remuneração por parte do governo estadual.

Lembrando que desde a criação dessa famigerada Bolsa, sempre foi uma afronta e uma discriminação, principalmente, contra os aposentados, aposentadas e quem estava prestes a requerer este benefício. O SINTEP-PB procurou acionar o judiciário, só não fazendo por falta da assessoria jurídica, mas, mesmo assim, em 2018 acionou juridicamente, para que fosse incorporada aos vencimentos do magistério, obtendo êxito em várias delas e, recentemente, teve a vitória definitiva com a referida incorporação.

Mesmo obtendo êxitos, durante o combate da pandemia, houve e há um enfrentamento a um dos piores governos do Brasil, inimigo número um da Educação, que acabou com a esperança de todos brasileiros, com o pré-sal e desviou milhões que eram para se investir na educação básica, além de querer retirar todos os direitos dos cidadãos e cidadãs, bem como dos profissionais da educação, até mesmo a liberdade de cátedra e não se contentando com todas as maldades impostas aos trabalhadores e trabalhadoras em educação; Bolsonaro ainda quis tirar da história o nome do maior educador do Brasil e patrono da educação, o professor Paulo Freire.

Após esta contextualização, vale ressaltar que a Coordenação Geral da gestão “SINTEP SOMOS NÓS” encaminhou com muita capacidade e competência todas as pautas de luta da CNTE e da CUT, com objetivo de mobilizar a categoria através das redes sociais e fazendo atividades presenciais e remotas. Alguns planejamentos foram mudados por força das circunstâncias, mas nunca deixados de ser realizados e cumpridos por toda Diretoria e Conselho Diretor que continuam comprometidos e não medem esforços para atender as necessidades da categoria dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação.

SINTEP SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA NOSSA VOZ

Plano de Luta

A construção do XXV Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, também, tem como objetivo de traçar um plano de lutas geral e específico para a categoria da Educação Paraibana, no intuito de delinear metas que possam traduzir os nossos anseios. Desta forma, nós que fazemos parte do grupo dirigente do SINTEP/PB, convidamos todos/as os/as delegados/as para deliberarmos as reivindicações e juntos encaminharmos as lutas organizativas dos/as Trabalhadores/as em Educação.

indígenas, morte e encarceramento da juventude negra e periférica, a violência contra as mulheres, sobretudo as negras, violência e morte das pessoas LGBTQIAP+, trabalho infantil, dentre outras. Essas características por si só reafirmam que toda e qualquer política, principalmente a educacional deve ser marcada pela democracia, igualdade de direitos, reconhecimento à diversidade e pela justiça social.

Historicamente movimento negro, feministas, sindical, LGBTQIAP+, coletivos diversos, tem contribuído no processo de educar e reeducar a sociedade, a justiça, o Estado e a si mesmos. Os espaços das conferências, congressos, oficinas e sobretudo os movimentos de rua, são exemplos dos esforços nesta direção.

Nesse sentido, é com os movimentos organizados que temos aprendido que o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, reconhecem e respeitam as diferenças e garantem os direitos fundamentais, civis, sociais, humanos, culturais, políticos e econômicos.

Não é demais ressaltar o esforço da academia que ocupando um espaço de diferentes ideologias, consegue fundamentar e registrar todo esse processo educacional popular e transformador, provando que o ensino e a pesquisa são também ferramentas importantíssimas na construção de uma sociedade igualitária. Seguindo esse raciocínio, podemos considerar que a educação, por ser um campo articulado a todas essas dimensões, se torna um dos eixos centrais da garantia do direito à diversidade e à diferença, numa perspectiva mais ampla, entendida como pleno desenvolvimento humano, direito e exercício da cidadania.

Com a instalação de um Estado democrático, na eleição de um governo popular, tivemos avanços nos direitos educacionais que embora não tenha se efetivado como políticas de Estado, fizeram grandes diferenças. Esses avanços adquiriram sentido e significado mais e mais na vida dos sujeitos sociais, principalmente dos sujeitos diversos tratados como desiguais, ao caminharem lado a lado com as lutas pela reforma agrária, urbana, políticas de distribuição e transferência de renda, política habitacional popular, de preservação da agricultura camponesa, da pesca artesanal, dos moradores sem teto, de igualdade racial, das mulheres, para a juventude, a população LGBTQIA+, ao direito à memória e à verdade, ao direito de acessibilidade, do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade, entre outros.

Entretanto, o avanço dos direitos está em momento de retração. O processo de construção da participação social - com seus avanços e limites, por meio dos conselhos, conferências nacionais, estaduais, municipais e distrital das mais diversas áreas, das mesas de negociação, de políticas transversais e transparência pública - foi gravemente atingido pelo Golpe parlamentar, jurídico, midiático, misógeno, de classe, raça, gênero e com orientação heteronormativa. O Golpe e as políticas conservadoras e excludentes do Governo atingiram não somente as políticas sociais e econômicas construídas nas últimas décadas, mas também as políticas e direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores desde a década de 1930. A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, que, na prática, congela o investimento público em educação, saúde e assistência por 20 anos, em sintonia com vários retrocessos no campo (reforma previdenciária e trabalhista, dentre outras, bem como reformas e políticas na área educacional, como a do ensino médio, BNCC, formação de professores, etc.), promove amplos retrocessos nas políticas e tem inviabilizado a materialização das metas do PNE. São tempos de

extinção de ministérios e pastas que realizavam as políticas públicas voltadas para a diversidade, direitos humanos, justiça social e inclusão. As políticas de igualdade racial, gênero, quilombolas, direitos humanos e juventude são condenadas à morte por inanição: sem orçamento próprio, sem equipe técnica adequada e sem poder. Situação agravada na pandemia do Covid-19, onde a omissão do governo federal, provocou no país um verdadeiro genocídio.

O momento atual pede uma mudança de direção, precisamos recuperar as perdas e retrocessos e construir estratégias de luta pela retomada da democracia, por direitos sociais, incluindo a educação, a diversidade e aos direitos humanos, acreditar que podemos voltar a sonhar, que terá luta, mas seguiremos o caminho da conquista, lutando por eliminação da pobreza, da miséria, do racismo, do sexismo, da LGBTQIAP+fobia, da xenofobia, do capacitismo e todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência, intolerância e violação de direitos que devem ser entendidos/as como injustiças sociais a serem superadas, com políticas de Estado e com a irmação do papel da sociedade civil e da justiça civil em uma perspectiva inclusiva e democrática como fundamental para a resolução da tensão entre diversidade e desigualdade. Retomada, continuidade, ampliação e fortalecimento de todas as ações, programas e políticas de inclusão, anteriores ao golpe de 2016, que digam respeito às especificidades da educação do (e no) campo, educação quilombola, educação especial em uma perspectiva inclusiva, educação escolar indígena, educação de pessoas em situação de itinerância, educação de jovens, adultos e idosos, educação de pessoas LGBTQIA+ e educação nas prisões e educação para adolescentes em (ou com) medidas socioeducativas, entre outras, com políticas afirmativas que elevem à condição cidadã desses brasileiros e brasileiras, historicamente marginalizados e cerceados de exercer seu direito constitucional à educação (carta de Natal, CONAPE).

Política de Aposentados/as: A luta dos/as Profissionais em Educação Aposentados/as/es é Contínua

A Luta dos Trabalhadores e das Trabalhadoras é permanente! A garantia dos direitos trabalhistas e previdenciário depende de uma luta que não se encerra com a aposentadoria dos Trabalhadores/as em Educação.

Os direitos são constituídos e mantidos com a luta permanente dos Trabalhadores/as.

Por isso, quando nos aposentamos no último dia de trabalho, ao sair no portão da Escola, nós deixamos para trás uma história de dedicação das nossas maiores energias e uma grande parte da nossa vida dedicada ao trabalho. Saímos dessa missão com o dever cumprido e a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras com uma dedicação exemplar para garantir uma educação pública de qualidade, mesmo que isso tenha ocorrido fora das condições de trabalhos ideais ou de valorização justa pelo que fizemos. No entanto, toda essa dedicação e toda luta junto ao nosso sindicato não garante que os nossos direitos nos acompanharão pelo resto da vida.

Os governos, quando orientados por uma política econômica ultraliberal, como aconteceu no governo Temer a partir do golpe de 2016 e depois se aprofundando com Bolsonaro a partir de 2019; os direitos trabalhistas e previdenciário foram du-

ramente atacados não importando se trabalhadores/as em exercício ou aposentados/as contribuíram todo o tempo para um plano; com a “Reforma Previdenciária” ocorreu um verdadeiro “con isco” e, em graus diferentes, conforme o governo Estadual ou Municipal, passando a contribuir outra vez com a previdência.

Os aposentados e aposentadas da Educação, cada vez mais assumem o protagonismo da luta sindical, mesmo com tantas adversidades impostas pelos governos, a mais recente é o aumento da alíquota previdenciária estabelecida na EC 103 (Reforma da Previdência) e pela alta galopante da inflação que corroem seus benefícios. A CNTE, através da Secretaria de Aposentados/as e Assuntos Previdenciários, atuou firmemente conta essa PEC 6/2019, que deu origem a EC 103, sobretudo alertando a categoria e a sociedade sobre os inúmeros prejuízos daquela proposta.

Aqui na Paraíba, os Aposentados/as através de muita luta do SINTEP/PB conseguiram a incorporação da bolsa desempenho, que antes só era para professores/as que estavam em pleno Exercício em sala de aula, 20% agora em 2022 e os 80% dividido em 04 anos. Sabemos que temos que buscar o restante dessa gratificação, travando grande luta com o Governo Estadual.

Por isso é fundamental que os aposentados(as) mantenham-se unidos e organizados junto aos seus sindicatos para lutar pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária e todo esse combo de medidas que prejudicam os trabalhadores/as e a educação pública.

A luta dos Aposentados/as abrange também a inclusão das temáticas geracionais do processo de envelhecimento prevista no Estatuto do Idoso nos currículos escolares. E a CNTE se mantém empenhada em alcançar esses objetivos através do MEC e dos sistemas estaduais e municipais de educação.

APOSENTADOS E APOSENTADAS SIM, INATIVOS NUNCA!

Balanco Político da Gestão

Aprendendo uma nova maneira de viver e conviver, num novo mundo ‘normal’, a gestão do SINTEP-PB (2019/2023), como toda humanidade do planeta Terra, depois de atravessar um período muito difícil, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, que matou milhares de pessoas no mundo inteiro e fez com que todos lutassem pela sobrevivência, além da procura pela cura da doença, caminha em busca uma ressignificação para a vida.

Para enfrentar toda fase crítica da Pandemia, a Diretoria da gestão “SINTEP SOMOS NÓS” não pensou duas vezes e priorizou a vida, colocando toda rotina de trabalho e estrutura à disposição para a defesa da sobrevivência de todos envolvidos. Portanto, fez a opção pelas atividades em home office, funcionando de forma remota. E paralelamente, aproveitou para realizar uma reforma de todo patrimônio físico do Sindicato.

Além disto, todas decisões passaram a ser tomadas sempre na mesma direção de evitar ao máximo qualquer contaminação, não só dos profissionais da educação, mas de toda comunidade escolar. E o último posicionamento foi colocar para o Governo que só haveria o retorno das atividades presenciais, após todos e todas profissionais estarem vacinados. Com responsabilidade e bom senso, foram posicionamentos primordiais naqueles momentos em que havia riscos para perdas de mais vidas.